



CIEA7 #10:

AS BIBLIOTECAS NO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS AFRICANOS/OS
ESTUDOS AFRICANOS NO DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS AFRICANISTAS:
NOVOS PROBLEMAS E NOVOS DESAFIOS.

Fátima Cristina Leister[©]

cristinaleister@hotmail.com

Sondando vestígios, rompendo silêncios:

os povos da África do Oeste através do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (1946-1973)

Em 1945, na cidade de Bissau, o Governador da Colônia, Sarmento Rodrigues, criou o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, órgão de "informação e cultura" publicado periodicamente até 1973. Atualmente disponível na forma digital através da página eletrônica do Projeto Memória de África e Oriente, o Boletim nos traz, ao longo de 110 edições, diversos artigos sobre variados temas. Direccionamos nossa pesquisa àqueles relativos aos inquéritos etnográficos, através dos quais pretendemos dialogar com as culturas retratadas, apreender as diferentes tradições e formas de relação dos portugueses com povos guineenses. Também serão incorporados contos e lendas dos povos da Guiné, alguns transcritos de narrativas, vez que ali poderemos capturar formas de representação que denotam saberes, modos de viver e de ser. Através dessas leituras, que nos direccionam para além da ideologia colonial subjacente, acreditamos ser possível ampliar horizontes históricos incrementando debates culturais ainda pouco expressivos no Brasil.

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Coleções Coloniais,
Costumes, Tradições de povos da Guiné.

[©] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC.

Uma das maiores dificuldades em pesquisar o continente africano no Brasil passa pela própria formação educacional brasileira que, ao longo dos anos e sob a hegemonia europeia, tem pautado o ensino de História em historiografias lineares e evolutivas, reproduzindo discursos estereotipados e preconceituosos. Ao pensar a África geralmente acompanhamos a chegada dos exploradores europeus restringindo, dessa maneira, nossa capacidade de pensá-la em seus movimentos e processos históricos independentemente e apesar do mundo capitalista-ocidental.¹

Novas visões sobre as relações coloniais surgiram a partir da década de 70 quando outras abordagens foram derrubando perspectivas eurocêntricas e desconstruindo discursos positivistas. O que estava perdido ou fora propositalmente escondido ganhou visibilidade com pesquisadores e intelectuais que passaram a reconstruir, paulatinamente, um passado até então homogeneamente projetado.

O trabalho de Mary Louise Pratt (1999), por exemplo, ressalta a necessidade de um longo processo para que haja a "descolonização do conhecimento". Destaca, entre outros pontos, a importância dos espaços coloniais, quando ocorreram encontros entre pessoas "geográfica e historicamente separadas (que) entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada"². Nos espaços coloniais, histórias foram forjadas legitimando a expansão econômica imperial. Em consequência, diversas dimensões daqueles encontros foram ignoradas, restando, apenas, as diferenças que delimitaram, inequivocamente, o lugar de cada um no cenário do imperialismo europeu, fortemente presente a partir do XIX.

Não obstante a promulgação da Lei 10.639³, que desde 2003 tornou obrigatório o ensino de História, Cultura Africana e Cultura Afro-Brasileira, ainda há muito que avançar para minimizar deficiências curriculares e reorientar a reflexão sobre "as Áfricas" e os africanos. Embora esteja claro que "nunca se pode saber tudo", também é evidente que ao se "saber menos, se aceita a possibilidade de esquecer"⁴. Diante disso, a responsabilidade do historiador, enquanto mediador da relação entre memória e esquecimento, é incontestável. Rejeitando a "possibilidade de esquecer" e a "tentação" de reproduzir discursos construídos ao longo de décadas, temos a

¹ Sobre o ensino de história da África no Brasil ver Oliva, Anderson. *A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 421-461, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br> > em 20 jun. 2009.

² Pratt, Mary L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 31.

³ A Lei nº 10.639 de 9/1/2003 altera a de nº 9.394 de 20/12/1996 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação brasileira incluindo, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira" em todos os níveis e em todos os tipos de estabelecimento de ensino.

⁴ Sarlo, Beatriz. *A história contra o esquecimento*. São Paulo, EDUSP, 1997, p.42

dimensão crítica dessa atividade que rejeita, também, sujeições à historiografia hegemônica.

A partir dessas concepções iniciamos o presente trabalho⁵, voltado para um tema recorrente no debate político atual. Buscando ampliar horizontes históricos e contribuir com os debates historiográficos já formulados, o foco da pesquisa se dirige para a África do Oeste, particularmente para a região da atual Guiné-Bissau. Na pretensão de encontrar pistas de culturas pouco conhecidas, sondamos as brechas da “diferença colonial”⁶ através de registros publicados no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.

Utilizar o *Boletim Cultural* como fonte de pesquisa não foi uma escolha planejada. As poucas referências bibliográficas sobre a África, fato percebido durante a realização de um seminário sobre a Guiné-Bissau em 2008⁷, levaram para caminhos inesperados. Ficou claro o quão pouco se sabe, no Brasil, acerca do continente africano e sua população. Sobre a Guiné-Bissau, em particular, isso fica ainda mais claro evidente quando tentamos localizá-la no mapa geopolítico. Um olhar desatento pode facilmente nos fazer confundi-la com a Guiné-Conacri (antiga colônia francesa), com a Guiné Equatorial (antiga colônia espanhola)⁸ ou até mesmo com Papua - Nova Guiné, país que ocupa a parte oriental da ilha Nova Guiné⁹. Não bastasse a “confusão geográfica”, a guiné¹⁰ é conhecida no Brasil como uma planta capaz de “capturar” energias negativas, embora tenha propriedades medicinais conhecidas e utilizadas. Segundo James Sweet (2007), antes de 1600 a maioria dos escravos africanos era conhecida, no mundo português, como escravos da Guiné. Isso ocorria em função do predomínio da região da Alta Guiné¹¹ no tráfico de escravos desse período. O termo guiné tornou-se sinônimo, então, de todos os africanos, vez que os portugueses o utilizavam para designá-los independentemente de sua origem.

A literatura em língua portuguesa, acessível aos brasileiros, não contempla estudos regionalizados sobre a história ou sobre o território africano. Autores

⁵ Pesquisa realizada junto ao amparo do Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC – mestrado – iniciado no primeiro semestre de 2010.

⁶ Sobre o conceito de “diferença colonial” ver: Mignolo, Walter. *Saberes locais/Histórias globais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000; Pratt, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

⁷ A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC ofereceu a disciplina *África, Áfricas* aos alunos do 5º período da graduação em História no primeiro semestre de 2008.

⁸ Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Guiné Equatorial pertencem à região também denominada Guiné, esta composta pelos países já mencionados e pelo Senegal, Gana, Cabo Verde, Costa do Marfim, Benim, Camarões, Gabão, Gâmbia, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa e Togo.

⁹ A ilha da Nova Guiné localiza-se na Oceania e foi descoberta pelos portugueses em 1511

¹⁰ A guiné (*Petiveria alliacea*), planta nativa da região amazônica, possui propriedades medicinais e foi conhecida entre os escravos no período colonial como remédio-de-amansar-senhor. Cf. Coleção Botânica Virtual disponível em <<http://www3.fsa.br/proppex/herbarium%20ibiet%C3%A1/quin%C3%A9.htm>> acesso em 10 jul. 2010.

¹¹ Alta Guiné é a região compreendida entre o atual Senegal e o Cabo das Palmas no extremo sul da Libéria.

renomados como Ki-Zerbo (1982, 2006), Elikia M'Bokolo (2009) ou John Iliffe (1999), por exemplo, leituras obrigatórias para os iniciantes nos assuntos das Áfricas, fazem referências à Guiné-Bissau ou à Guiné Portuguesa num contexto mais amplo, o qual assume denominações tais como Alta Guiné, Alta Guiné, Senegâmbia, África Negra, Subsaariana, etc.

Africanistas brasileiros na última década¹² têm proposto novos olhares e abordagens ao continente africano. Entretanto a Guiné-Bissau ainda não mereceu trabalhos mais específicos. Sem a pretensão de abranger a totalidade do que há publicado no Brasil até o momento, é possível perceber que a Guiné, enquanto colônia, província ou país independente, não atraiu o interesse dos pesquisadores. O historiador francês René Pélissier aponta: “a Guiné dos Portugueses, que foi depois a Guiné-Bissau, continua a ser um país infelizmente desconhecido e mesmo subestimado por aqueles cuja profissão é dar a conhecer a África ao mundo”¹³.



Ilustração 1: Alta Guiné e Senegâmbia

O pouco interesse em torno deste pequeno espaço da África do oeste pode ser consequência, entre outras razões, de questões conjunturais que o inferiorizaram perante o mundo colonial ou, ainda, em virtude da contínua instabilidade político-institucional do país dificultando, sobremaneira, pesquisas de campo na região.

A partir dessas dificuldades e persistindo na busca por conhecer mais sobre a Guiné surgiu um caminho inesperado: através da internet localizamos a página do

¹² Aqui relacionamos apenas algumas obras publicadas no Brasil nos últimos 10 anos: 1-Florentino, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade*: Rio de Janeiro séc. XVIII-XIX. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005; 2- Gomes, Flávio. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003; 3-Hernandez, Leila. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005; 4-Mattos Regiane A. de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007; 5-Serrano C., Waldman, M. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008;

¹⁶ Costa e Silva, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

¹³ Pélissier, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia – 1841-1936*. Lisboa: Estampa 2001, v.I, p.23.

*Projeto Memória de África e do Oriente*¹⁴. Coordenado pela *Fundação Portugal-África*¹⁵, esse projeto, iniciado em 1997, vem recolhendo, tratando e disponibilizando no formato digital, grande quantidade de registros (periódicos, fotografias, documentos oficiais, livros didáticos, etc.) dispersos entre os centros de documentação dos países lusófonos, especialmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Dentre os documentos disponibilizados pelo *Projeto Memória de África e Oriente* está o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, o qual, sob a responsabilidade do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*, teve 110 edições publicadas entre 1946 a 1973, totalmente digitalizadas e disponíveis para consulta através da internet. Segundo Moema Parente Augel (1999, p.26),

nada se iguala ao *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (BCGP), realmente sem similar nos outros países de colonização portuguesa [...] Constitui um receptáculo precioso de informações no campo da administração colonial e no âmbito cultural, no seu mais amplo sentido.

Num primeiro contato com esse material percebemos uma grande variedade de registros, os quais podem abrir possibilidades de estudo em diversas áreas do conhecimento. Os artigos, relatórios etnográficos, descrições de costumes, crenças, rituais, festas e contos publicados, poderão possibilitar sondagens em torno de sociedades silenciadas por tanto tempo. Poderemos formular questões e buscar respostas que apontam para instigantes desafios metodológicos: como os povos da Guiné Portuguesa foram “vistos e retratados” e como se permitiram mostrar? Como o espaço de luta, o momento vivido e a experiência, foram reproduzidos por portugueses e guineenses através dos artigos publicados?

É possível que o conteúdo do *Boletim Cultural* traga vestígios da cultura guineense pensada enquanto campo constituinte das transformações sociais. Uma cultura expressa através do modo de viver e de pensar, na incorporação do que vem da cultura hegemônica e na integração e fusão do que vem de sua memória histórica, conforme nos mostra Raymond Williams (1979).

Trabalhar com o *Boletim Cultural* propriamente dito suscita, também, outras questões: como se constituiu como força histórica ativa naquele momento? Quais

¹⁴ O portal do Projeto Memória de África e do Oriente está disponível através do endereço <http://memoria-africa.ua.pt>

¹⁵ A Fundação Portugal-África é uma organização não-governamental de desenvolvimento, constituída em 1995, na cidade do Porto, Portugal. Entre seus fundadores estão treze Centros de investigação e universidades, tais como a Universidade do Porto e a Universidade de Aveiro. Cf. <http://www.fportugalafrika.pt/>

grupos sociais e quais forças podem ser identificados através dele? Qual pretensão e propósito a publicação assume no embate político-social das décadas finais da colonização portuguesa? Para quem foram escritos e que expressão teve na comunidade metropolitana e colonial?

Recorrer ao *Boletim Cultural* abre um caminho de possibilidades, mesmo tendo em conta tratar-se de uma fonte indireta onde articulistas, majoritariamente representantes da cultura do colonizador, intermedeiam e descrevem modos de vida que lhe são alheios. Clara Carvalho (2004, p.63) aponta que os colaboradores do *Boletim Cultural* eram, em maioria, funcionários administrativos coloniais, civis ou militares, grande parte oriundos de Cabo Verde, colônia/província portuguesa à época. Destaca, também, que, embora efetuassem “pesquisas de campo”, os autores não “possuíam uma formação específica, nomeadamente em antropologia (ao contrário das colaborações de médicos, agrônomos, biólogos, veterinários), cujo ensino era incipiente em Portugal.” Sobre isso, Ana Falcão (2006, p.4) considera que

não é possível negar a existência concomitante de uma ‘antropologia aplicada’, funcionando nos momentos de normalidade da prática colonial, ainda que não praticada necessariamente pela mão de antropólogos. Na verdade, até há alguns anos em Portugal não se formavam antropólogos a um nível académico, mas a antropologia era uma cadeira das escolas de quadros coloniais. Os sistemas manejados por estes funcionários do regime foram os mais variados, desde que permitidos pelo enquadramento colonial, e a pesquisa de campo constituiu o denominador comum entre eles. O argumento que daqui emana refere-se a uma especificidade do colonialismo português que, a despeito da pobreza, fragmentação e subalternidade da antropologia portuguesa, agregou autonomamente um conjunto de saberes sobre as colónias.

De fato, os colaboradores do *Boletim Cultural* não possuíam ferramentas teórico-metodológicas que amparassem suas investigações. No entanto, apesar das fragilidades, podemos recorrer a Henri Moniot (1988, p.100, 106) quando afirma que “uma certa história era feita, por um punhado de exploradores, militares, missionários, administradores [...] quase sempre empíricos e autodidatas, ainda mais, isolados, sem eco, sem suporte universitário.” Especialmente sobre os relatos etnográficos ele afirma que

podem receber uma segunda vida, aos cuidados de uma crítica que examine, em especial, sua inserção num gênero, definido por um meio cultural e por um público, por gostos e costumes intelectuais (...) em resumo, tudo o que, do lado do mundo dos autores, é anterior a uma "leitura" adequada de seu testemunho.

Cabe ressaltar que não é essa história que nos interessa, posto que negou e renegou os africanos, desqualificando seu passado e menosprezando suas capacidades culturais. Mas, a partir dessa história, escavada mais a fundo, escovada a contrapelo, lembrando Benjamin, poderemos perceber que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”¹⁶, pois nas “vozes” que hoje escutamos ecoam vozes. Estes silêncios é que, em última instância, representam o foco primordial da presente pesquisa.

Nessa medida, as análises dos trabalhos publicados no *Boletim Cultural* devem ser feitas lembrando que, em grande parte, resultam de olhares “contaminados”, mas nem por isso, inválidos. Assim como E.P.Thompson (2001), refletindo sobre o trabalho dos folcloristas do século XVIII, a abordagem desse material deve ser feita com precaução. Também para Carlo Ginsburg (1987), o filtro e a intermediação não inviabilizam a fonte e podem, portanto, fornecer vestígios e pistas que respondam às inquietações suscitadas. Nesse sentido, o *Boletim Cultural* pode conter registros em que “fragmentos de discurso reclamam ser escutados de maneira diferente, antecipam o que numa sociedade ainda permanece obscuro, ou iluminam com outra luz um passado que parecia definitivamente organizado.”¹⁷

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar
a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos
e de civilizar as populações indígenas que neles se
compreendam.

(art. nº 2 do Acto Colonial, 11/4/1993)

Desde a expansão marítima no século XV em direção ao continente africano, Portugal não demonstrou interesse e capacidade financeira de organização para efetivamente ocupar os espaços alcançados. Apesar disso, protagonizou um poderio econômico que o transformou num dos impérios mais ricos do século XVI (Maxwell, 2006). Subjugado pela Espanha a partir de 1580, a situação mudou drasticamente: assolado por uma inflação oriunda do acúmulo de riquezas “aprisionadas” internamente, pouco restou da presença portuguesa em África. As feitorias na costa do Marfim, costa do Ouro e costa dos Escravos e alguns grandes domínios agrícolas em Angola e Moçambique permaneceram sob o domínio ibérico, apesar de, ao final do século XVI, ingleses, franceses, holandeses e até dinamarqueses ocuparem os espaços antes marcados pela presença portuguesa (Coquery-Vidrovitch, 2004).

¹⁶ Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223.

¹⁷ Sarlo, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 61.

Apesar dessas mudanças, a presença europeia, até o século XIX, ficou restrita a uma pequena parte da costa africana. Na Guiné os portugueses confinavam-se “a uns quantos fortes e aldeias, como Bissau, Bolama, Cacheu, Zinguichor, Geba, Farim e outros poucos, quase só ligados entre si por navegação de cabotagem”¹⁸. Dessa condição restou a pouca participação de Portugal nas questões locais da Guiné, vez que o número reduzido de colonos, além de não demonstrar interesse em “desbravar” regiões mais ao interior, ficou concentrado nos aglomerados onde acontecia a grande e lucrativa atividade da colônia: o tráfico de escravos.

Importante lembrar que na Guiné do XVI existiu o que hoje se conhece como o primeiro ciclo da escravidão¹⁹, o qual teve um papel econômico tanto significativo quanto de curta duração. Nele a Guiné, então parte da Senegâmbia, fornecia escravos para Cabo Verde, assim como Angola fornecia para São Tomé e todos, por fim, atendiam às demandas do Brasil (Marques, 2006). Nesse período, segundo James Sweet (2007), a partir de 1518 até aproximadamente 1580, chegaram ao Brasil escravos dos grupos Uolofes, Biafadas, Fulas e Mandingas, estas últimas etnias, atualmente, majoritárias na Guiné-Bissau²⁰. Isto não significa que o comércio escravista teve início naquele momento, pois desde 1441 já eram transportados negros da Senegâmbia e da Alta Guiné para Lisboa e ilhas atlânticas. Outras atividades não eram comercialmente atrativas o que explica, ao menos em parte, a quase estagnação que a Guiné conheceu após o fim do comércio escravagista acordado em 1815 entre Portugal e Inglaterra²¹ (Marques, 2006).

As exigências resultantes da revolução industrial fizeram da África alvo de disputas pelas potências europeias gerando instabilidades geopolíticas sem precedentes. Radicalizados os nacionalismos que urgiam por soluções diplomáticas, o território africano foi repartido e alguns ânimos apaziguados após o Congresso de Berlim.

Para Portugal, os resultados desse encontro não foram os esperados. Perdendo a primazia do direito histórico de ocupação²² e premido pela necessidade de

¹⁸ Marques, A. H. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006, p. 522-523.

¹⁹ Segundo o etnólogo Pierre Verger, a escravidão pode ser compreendida em quatro momentos sendo que o primeiro deles é conhecido como ciclo de Guiné, que ocorreu na segunda metade do século XVI na região denominada Senegâmbia, onde hoje está situado o Senegal, Gâmbia e Guiné Bissau. Os ciclos subsequentes são: de Angola e do Congo, da Costa da Mina e da Baía de Benim.

²⁰ A população estimada da Guiné-Bissau no ano de 2005 era de cerca de 1,5 milhões de pessoas. Os principais grupos étnicos que a compõe são: Balantas (30%), Fulas (20%), Manjacos (14%), Mandingas (13%), Papéis (7%), Brames ou Mancanhas, Beafadas e Bijagós (1%). Cf. Instituto Português de apoio ao desenvolvimento - IPAD em http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=84 acesso em 02 jan 2010

²¹ Pelo Tratado de Viena (1815), Inglaterra e Portugal concordam pelo fim do tráfico de escravos nas colônias portuguesas ao norte do Equador envolvendo, nesse caso, Cabo Verde e a Guiné Portuguesa.

²² No Congresso de Berlim foi definido o “princípio de ocupação” de territórios coloniais em detrimento do “princípio do direito histórico”, ou seja, era preciso ocupar para definir a “propriedade”.

manter as colônias africanas, o governo português teve de agir de forma mais efetiva e convincente. Por isso as Campanhas Africanas de Ocupação e Pacificação, existentes desde o início do século XIX na Guiné, foram intensificadas por volta de 1880 e até o início da Primeira Guerra Mundial ocorrendo operações militares que investiram contra vários grupos étnicos, tais como os Papéis, Balantas, Biafadas, Fulas e Manjacos. A partir daí, os portugueses chegaram a regiões do território nunca antes ocupadas (Marques, 2006). Cabe ressaltar que ao longo de todo o período da presença portuguesa na Guiné ocorreram ações de resistência e insubmissão das populações locais. Segundo Moema Parente Augel (2007, p. 57), “desde os primeiros tempos houve ambos os lados da medalha, a hostilidade e a hospitalidade, a reação e a submissão, o compromisso e a revolta”.

Com os revezes da primeira experiência republicana em Portugal, que culminaram com o golpe de estado de 1926, a consecutiva ditadura do Estado Novo e a ascensão do regime de Salazar²³, foi criado o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, posteriormente estendido à Guiné²⁴ (Marques, 2006). Ao mesmo tempo em que Portugal buscava uma unidade política, aprofundaram-se as diferenças sociais entre portugueses e “indígenas”, insulares e continentais, colonos e negros, europeus e africanos.

Após a decretação do *Acto Colonial*, em 1930 foi promulgada a *Carta Orgânica do Império Colonial Português*, documento fundante da idéia pela qual cabia à “nação portuguesa a missão histórica de possuir e colonizar os territórios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas nele compreendidas”²⁵. Na perspectiva de “civilizar” todos os africanos, visto que para os portugueses eram, em princípio, mentalmente atrasados e não podiam prescindir da tutela do Estado, Portugal pretendia preservar mão de obra suficiente para suas atividades econômicas (Cardoso, 1992).

Quando advieram fortes movimentos contra o colonialismo e emergiram o atraso e a servidão que persistiam em seu império ultramarino, Portugal teve que reformular sua política colonial. Chamada de “ocupação científica”, tal política buscou, entre outras medidas, demonstrar que as colônias faziam parte do Estado português, assim como a população autóctone compunha a Nação portuguesa. Para além do discurso de exaltação, esse momento proporcionou a criação, nas colônias, de instituições de pesquisa fomentadoras de missões e trabalhos de cunho técnico-científico (Marques, 2006; Carvalho, 2004).

²³ António de Oliveira Salazar foi ministro das finanças de 1928 a 1932, presidente do Conselho de Ministros de 1932 a 1968 e presidente interino de Portugal em 1951.

²⁴ Somente em 1946 o Estatuto alcançou São Tomé e Príncipe e Timor. Em Cabo Verde, Macau e no Estado da Índia ele nunca foi aplicado, embora os nativos fossem chamados de “indígenas”.

²⁵ A Carta orgânica do império colonial português foi promulgada pelo Decreto-Lei nº 23.228 de 15 de novembro de 1933

O “novo” projeto colonial português, a partir de então, repousava sobre a inter-relação entre o desígnio político, a identidade nacional e o campo científico. O “saber colonial” passou, então, a ser produzido através do compromisso entre a ciência e o campo político. Segundo Patrícia Matos (2006, p.55), esse “saber” era amparado pela criação de várias instituições “que reuniram um vasto espólio de obras, trabalhos e colecções de objectos, financiaram e patrocinaram publicações, exposições, congressos e eventos similares ligados à divulgação de ‘saberes’ sobre as colónias”.

Dentro desse contexto, “a pretexto das comemorações do quinto centenário de sua ‘descoberta’ em 1946”²⁶, várias obras públicas foram inauguradas por todo o território da Guiné. No campo cultural especificamente foram criados, em 1945, o Museu da Guiné Portuguesa e, em 1946, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, que passou a produzir, supervisionar e editar o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.

Em 21 de julho de 1945 o Governador da Guiné Portuguesa, capitão-tenente Manuel Maria Sarmiento Rodrigues²⁷, amparado pelo artigo nº 31 do Acto Colonial, e pelo artigo nº 37 da Carta Orgânica do Império Colonial Português, criou o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. O ato de criação foi transcrito na primeira edição que circulou em 1946 e definiu, entre outras diretrizes, que aquela publicação destinava-se a divulgar “cultura e informação”. Sarmiento Rodrigues escreveu: “é tempo de a Guiné ser mais alguma coisa do que um campo fértil de produtos materiais” e ponderou, em seguida, sobre a necessidade de seus habitantes buscarem a “elevação do nível cultural daquela colônia”²⁸. Tais assertivas demonstram que a “cultura” da colônia era pensada como inferior à da metrópole e a esta cabia a missão “civilizatória” de aproximar dois mundos diferentes, distantes e pouco conhecidos entre si. Tal como a intelectualidade metropolitana, Sarmiento Rodrigues considerava inexistir cultura na Guiné, pois cultura era entendida, naquele momento, como “um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético”²⁹, desconsiderando e desqualificando, assim, tudo o que fosse alheio à cultura europeia.

Não se pode falar dos anos iniciais do *Boletim Cultural* sem conceder destaque ao empenho e trabalho de Avelino Teixeira da Mota³⁰. Auxiliar direto do governador

²⁶ Carvalho, Clara. O saber e o olhar colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. *Soronda*, Bissau, nº 8-Nova Série, jul 2004, p.59.

²⁷ Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1899-1979), português de Freixo de Espada à Cinta, foi Governador da Colônia da Guiné entre 1945 e 1950. Oficial da Marinha integrou o Governo de Antonio Salazar como Ministro das Colônias entre 1950 e 1961 (designação alterada em 1951 para Ministro do Ultramar) e como Governador-Geral de Moçambique (1961-1964). Faleceu em Lisboa em 1979 deixando várias publicações sobre a vida política do império português

²⁸ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (BCGP), v.I, nº 1, 1946, p.7

²⁹ Williams, Raymond. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 121.

³⁰ Nascido em 22/9/1920 em Lisboa, Avelino Teixeira da Mota teve longa carreira militar. Entre outros títulos, foi acadêmico da Academia Portuguesa de História (1962), lecionou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1965-1969) como regente da cadeira de História dos Descobrimentos e da

Sarmiento Rodrigues, com ele participou da criação do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* e do direcionamento da nova publicação. Chegou à Guiné em 1945, como segundo-tenente, e com espírito empreendedor e investigativo desenvolveu um trabalho sem equivalência no império português.

Para Teixeira da Mota, os funcionários administrativos e os missionários, pessoas próximas aos “indígenas”, eram os mais indicados para desenvolver estudos etnográficos. Amparava tal idéia nas obras de Maurice Delafosse³¹ e do padre guineense Marcelino Marques de Barros³², estudioso do vocabulário e termos mandingas, beafadas, fulas, balantas e bijagós.

Os primeiros artigos recebidos para publicação foram criticados por Teixeira da Mota que os considerou muito genéricos, ou seja, eram “trabalhos abrangendo grande extensão de pontos, mas em relativa pequenez de profundidade”³³. Nesse sentido, aconselhou que fossem feitas observações localizadas, atentas às especificidades de cada região. Sugeriu temas que considerou de maior interesse, tais como a arte “indígena” - principalmente bijagó, mandinga e nalú -, a religião das “tribos feiticistas” e a recolha de tradições históricas – orais e escritas -, lendas, mitos, contos, fábulas e provérbios.

A relevância, nesse momento, para Teixeira da Mota era o estudo das línguas locais. Entendia que “o mundo das palavras é uma base de primeira ordem para o conhecimento da vida psíquica e mesmo da social”³⁴ das populações nativas e essa compreensão permitiria “penetrar na complexidade da vida dos indígenas, discernir e aprofundar os seus modos e a sua maneira de ser”³⁵. Subjacente ao seu discurso, Teixeira da Mota deixou transparecer sua posição de superioridade, colocando “as páginas do ‘Boletim Cultural da Guiné Portuguesa’ [...] à disposição de todos os que observam e estudam os costumes do *gentio*”³⁶.

Mais do que apontar o pouco conhecimento que funcionários e colonos tinham sobre as populações da Guiné, as orientações de Teixeira da Mota traduziam interesses políticos, especialmente naquele momento do pós-guerra quando, na contramão dos movimentos pela descolonização, Portugal lutava por manter um império cada vez mais anacrônico. Endossando os rumos traçados por seu assessor

Expansão Portuguesa. Presidiu o Tribunal da Marinha e deixou inúmeras obras, em especial sobre cartografia antiga e sobre a expansão marítima portuguesa. Morreu em abril de 1982.

³¹ Maurice Delafosse (1870-1926), funcionário administrativo e etnógrafo francês, deixou extensa obra sobre a África Ocidental francesa.

³² Barros, Marcelino M. de. *Litteratura dos negros: contos, cantigas e parábolas*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1900; Barros, O *Guinéense. Tradições e Ethnologia. Apontamentos Grammaticões. Revista Lusitana*, Lisboa, 5, p.175-181; 271-300.

³³ BCGP, v I, nº 1-4, 1946, p. 184.

³⁴ *Ibid.*, p.184.

³⁵ *Ibid.*, p. 380.

³⁶ *Ibid.*, p. 183.

direto, o Governador Sarmiento Rodrigues, utilizou as páginas do primeiro número do *Boletim Cultural* para conclamar seus “funcionários” a envidarem esforços no sentido de apreender as culturas guineenses para, dessa forma, reforçar os liames da colonização. Convicto, também, de que os “superiores” valores portugueses sobreporiam o dos povos locais, Sarmiento Rodrigues³⁷ ratificava a importância dos trabalhos etnográficos, tal como orientado por Teixeira da Mota, dirigindo-se a todo o corpo administrativo:

É ao superior interesse que espero lhes mereça o estudo do que diga respeito aos valores indígenas, das suas artes primitivas, das suas línguas, dos costumes e tradições, de tudo que possa registrar uma existência, uma personalidade que o tempo fatalmente destruirá [...] É preciso que a nossa vinda e permanência seja, como é, superiormente acolhedora do presente e do passado, dos vencedores e dos vencidos

Reforçando as iniciativas de Sarmiento Rodrigues e Teixeira da Mota, Marcello Caetano, Ministro das Colônias em Portugal, no ano de 1946, abriu a primeira edição com uma mensagem onde sobressaem significativas informações. Deixando claro que poucos sabiam ou procuraram saber sobre a colônia da Guiné, admitindo, também, nunca ter havido qualquer iniciativa de trabalho prospectivo naquele espaço, escreveu:

Praticamente a Guiné era desconhecida: para o grande público português, mesmo para o seu escol de cientistas, políticos e homens de letras, continuava por descobrir! [...] Acaso se pode fazer séria política indígena antes de se saber o que a antropologia e a etnografia estão em condições de nos ensinar sobre os naturais da terra? [...] e esta Revista surge na hora própria, na hora oportuna para recolher novos estudos e divulgá-los, sobretudo para levar ao conhecimento do maior número de pessoas possível aquilo que os estudiosos forem apurando sobre esta nossa rica e promissora colônia. (BCGP, v. I, nº 1, p.11).

Ao *Boletim Cultural* foi dado certo direcionamento acadêmico, pois regras deveriam ser observadas para que os artigos fossem publicados, os quais deveriam ser, preferencialmente, fruto de observações diretas, tal como um “trabalho de campo”, recurso considerado essencial para se conhecer a Colônia. Essa medida ficava expressa pela recomendação: a “Comissão de Redacção só poderá aceitar e fazer vir à luz obras que tenham o carácter de investigação ou observação directa e que

³⁷ BCGP, v II, nº 5, 1947, p. 268.

marquem, sobretudo pela novidade ou originalidade dos assuntos ou maneira como são encarados”³⁸.

O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, criado em 13 de dezembro de 1945, isto é, posteriormente ao *Boletim Cultural*, tinha, dentre seus objetivos, o de promover o desenvolvimento cultural da Guiné Portuguesa, organizar seu museu e dirigir a publicação daquele periódico.³⁹ Foi efetivamente organizado a partir de julho de 1946 e dele poderiam fazer parte os chamados membros residentes⁴⁰ (moradores na Colônia) e os membros correspondentes⁴¹ (moradores em outras localidades, inclusive no exterior), ambos necessariamente, colaboradores do *Boletim Cultural* ou prestadores de serviços ao Centro de Estudos. Todos obrigatoriamente nomeados através de ato formal. A Comissão Executiva era composta por um presidente, alguns vogais escolhidos entre os membros residentes e um secretário. Seus membros tinham, entre outras, a função de compor a Comissão de Redação do Boletim Cultural, dirigindo sua publicação e submetendo, previamente, cada número à apreciação do Governador da Colônia.

Assim, em 26 de setembro de 1946 o Governador da Guiné nomeou a primeira comissão executiva do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa presidida por Caetano Filomeno de Sá⁴². Teixeira da Mota foi nomeado vogal, assim como o veterinário Dr. João Leal da Silva Tendeiro, o médico Dr. Jaime Walter da Fonseca e Vasconcelos e Virgolino José Pimenta, Gerente do Banco Nacional Ultramarino. Como membros honorários e articulistas da primeira edição do *Boletim Cultural* foram aclamados o Ministro Marcelo Caetano e o Governador Sarmento Rodrigues.

Nos 10 anos iniciais de existência, o *Boletim Cultural* foi impresso em Lisboa, na Sociedade Industrial de Tipografia⁴³. De formato sóbrio e com cores diferentes,

³⁸ BCGP, v I, nº 1-4, 1946, introdução

³⁹ *Ibid.*, p. 379

⁴⁰ Os primeiros membros residentes nomeados foram: Agostinho Gomes Pereira – secretário da Circunscrição Civil de Catió, Amadeu Inácio Pereira Nogueira – Administrador da Circ. Civil de S. Domingos, 1º tenente Antonio Augusto Peixoto Correia – Chefe da Repartição do Gabinete. Antonio Barbosa Carreira – Administrador da Circunscrição Civil de Cacheu. Augusto de Jesus Santos Lima – Administrador da Circ. Civil dos Bijagós, Fausto Castilho Duarte – Secretário da Comissão Municipal de Bolama, Dr. Honório José Barbosa – Juiz de Direito da comarca, João Basso Marques – Delegado Aduaneiro de Cacheu, Alferes João Maria Bento, José Mendes Moreira – Secretário da Circunscrição Civil de Gabú, Louride de Sousa Bela – comerciante e agricultor, Octávio Candido Gomes Barbosa – Administrador de Circunscrição Civil, Rui dos Santos Serpa – Chefe da Seção de Estatística e Virgolino José Pimenta – Gerente do Banco Nacional Ultramarino.

⁴¹ Os primeiros membros correspondentes nomeados foram Edmundo Correia Lopes (filólogo) e Dr. J. P. Marinho da Silva (escritor) de Lisboa e Dr. José de Oliveira (professor do ensino secundário) de Lourenço Marques, Moçambique.

⁴² Caetano Filomeno de Sá foi chefe da Delegação Aduaneira quando exerceu, de 1916 e 1919, a função de censor - postal e telegráfico - das correspondências enviadas da Província da Guiné. Mais detalhes sobre o assunto pode ser visto em http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=137:i-guerra-mundial-1914-1918-censura-postal-e-telegrafica-em-cabo-verde-e-censura-postal-na-guine&catid=25:boletim-no-409.

⁴³ Do nº 45 ao nº 59 as edições do Boletim Cultural foram impressas ora em Bolama (números do ano de 1956), ora da Imprensa Portuguesa da cidade do Porto, o que se manteve até os últimos números.

porém discretas, todas as suas capas e contracapas têm em comum o brasão⁴⁴ da Colônia da Guiné Portuguesa. Adotado a partir de 1935, sua composição traz informações significativas, das quais destacamos: a metrópole portuguesa é representada em branco, com cinco pequenos escudos azuis posicionados em cruz, cada um deles com cinco besantes de prata. A colônia da



Guiné aparece em preto com um cetro em ouro finalizado pela cabeça de um negro, alusão a D.Afonso V, o *Africano*, rei de Portugal ao início da exploração do continente. Unindo as partes, ondas verdes simbolizam a ligação entre Portugal e a Guiné através do oceano e, mais do que isso, reforçam a distância, tanto física quanto cultural, existente entre a colônia e o território português. Em outras palavras, estão subentendidas dualidades, tais como branco/negro, colonizador/colonizado, civilizados/bárbaros, poder/submissão, marcadamente presentes no reforço constante da diferença.

A circulação do *Boletim Cultural* era feita de várias formas: todos os membros do Centro Cultural recebiam um exemplar, aos autores eram oferecidas 50 cópias de seus artigos, estava disponível o serviço de assinaturas mediante pagamento de frete e, por último, havia a possibilidade de permuta com organismos que manifestassem interesse. Foram permutados exemplares com todo o “mundo português” (Portugal, Madeira, Açores, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé, Timor, Macau), bem como com vários países, dos quais destacamos Alemanha, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Itália, Polônia, Romênia, Rússia, China, Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Uruguai, bem como para vários países no continente africano como Nigéria, Senegal, Gabão, entre outros.⁴⁵

Considerando que o índice de alfabetização em Portugal, em meados do século XX, girava em torno de 50% da população (Magalhães, 1996), que a maioria guineense não lia o português e que Sarmiento Rodrigues lamentava o desinteresse e o menosprezo da intelectualidade metropolitana em relação ao *Boletim Cultural*, para quem ele fora escrito? A par da quantidade de países europeus que receberam, graciosamente, um exemplar, podemos concluir que a publicação exerceu, entre outras, a missão política de demonstrar para a comunidade internacional, em especial para a Europa e os Estados Unidos, o comprometimento efetivo do governo português para com seu império ultramarino.

⁴⁴ O brasão de armas foi instituído a partir de 1935 para cada uma das colônias portuguesas. Todos seguem o mesmo padrão, exceto quanto à parte direita que guarda particularidades de cada uma delas.

⁴⁵ BCGP. v XXVI, nº 101, 1971, p.60.

Numa primeira análise quantitativa apuramos que foram publicadas 24.208 páginas ao longo dos 28 anos de existência do *Boletim Cultural*. Com média de 225 páginas por edição, cada uma delas era organizada em seções. A *Crónica da Colónia* (*Crónica da Província* a partir de 1951) descreve eventos oficiais, discursos proferidos, visitas recebidas e efetuadas, enfim, fornece dimensões do cotidiano das instituições coloniais. Destinava-se a “dar conta dos principais factos de administração que vão ocorrendo [...] dando conhecimento a uns do que outros estão fazendo noutra canto da Guiné, contribui-se para a formação mais nítida de um espírito de equipa”⁴⁶. A secção *Etnográfica*, que a partir do nº 5 juntou-se à secção *Notas e Informações*, visava “dar notícias da actividade cultural da colónia, principalmente a do Centro de Estudos”. Pretendia trazer aos leitores “assuntos científicos e culturais do exterior que seja de interesse divulgar por se relacionarem com a colónia ou terem utilidade para os investigadores locais.”⁴⁷ Em 1953, Teixeira da Mota reconhece que

a orientação técnica imprimida às actividades do Centro de Estudos foi, de uma maneira geral, feliz. Para isso contribuiu decisivamente o facto de as comissões executivas serem constituídas por indivíduos de vistas largas, que souberam rapidamente apreender a essência dos problemas de interesse para a Guiné e que, mercê de um activo contacto com os organismos de investigação estrangeiros de África, sobretudo os franceses, puderam manter em dia os seus conhecimentos sobre as tendências e evolução na investigação científica africana⁴⁸. Dessa maneira, se evitou que a organização caísse no patrioteirismo histórico-saudosista, na literatice retórica, no pitoresco de mau gosto, tudo escondendo a falta de idéias e de objectividade, em que tão frequentemente organizações culturais tombam entre nós. (BCGP, v VIII, nº 32, 1953, p. 641-642).

A secção *Econômica e Estatística*, que tinha por objetivo informar sobre economia, finanças, tratou de transações comerciais da colônia com a metrópole, demais colônias e outros países, bem como a contabilidade final das exportações e importações. Ao final de 1948, por exemplo, observamos que 57% das exportações foram direcionadas para Lisboa. “Para o estrangeiro a exportação foi para a Checo-Eslováquia no valor de 16.000 contos, para a França no valor de 10.125 contos, [...]

⁴⁶ BCGP, v II, nº 6, 1947, p. 559.

⁴⁷ BCGP, v VIII, nº 32, 1953, p. 616.

⁴⁸ O Centro de Estudos manteve intercâmbios com instituições similares, porém a maior aproximação, relatada nas páginas do *Boletim Cultural*, se deu com o Institut Français d'Afrique Noire-IFAN, com sede em Dakar, Senegal. Alguns pesquisadores do IFAN tornaram-se membros correspondentes do Centro de Estudos, como Theodore Monod, por exemplo. (BCGP, v VIII, nº 32, 1953, p. 637).

para a Inglaterra 750 contos e para a África Ocidental Britânica 627 contos.” Os produtos mais representativos do comércio guineense, naquele período, eram: madeira bruta, couro, arroz, óleo de palma e cera.⁴⁹

Já a secção *Livros e Publicações* tinha por objetivo divulgar e oferecer críticas a trabalhos publicados sobre a Guiné Portuguesa. Sobre ela Teixeira da Mota tece um comentário bastante significativo

Tem-se conseguido, quase totalmente, o objectivo de registar tudo o que se vai publicando sobre a Guiné. A maior parte das notícias são críticas, e dada a independência com que são feitas têm provocado o desagrado de muitas pessoas, com o conseqüente aumento do cortejo de inimigos do “Centro de Estudos”. (BCGP, v VIII, nº 32, 1953, p. 616)

Podemos apreender que havia tensões em torno do Centro de Estudos. O estímulo à colaboração dos membros residentes, de “reduzida preparação científica mas de conhecimentos notáveis sobre determinados assuntos por virtude de uma longa prática e permanência no território”, para a produção de trabalhos etnográficos, acarretou a “má-vontade de vários cientistas”. Para Teixeira da Mota, o *Boletim Cultural* sofreu, sempre, com a “hostilidade de escrevinhadores, de um lado, e a de alguns investigadores científicos, do outro.”⁵⁰

Curiosamente, também integra a revista uma secção denominada *Aspectos e tipos da Guiné Portuguesa*, a qual só passou a constar dos sumários somente a partir do nº 61. Dela constam 438 fotografias de pessoas das várias etnias da colônia, além de paisagens de diversas localidades. Na legenda das fotografias os guineenses não são referenciados por seus nomes, status ou atividades, sendo nominados por suas etnias e/ou gênero, numa atitude que remete à coisificação e classificação dos povos submetidos.



Felupe com os seus instrumentos de caça

Ilustração 2: Felupe com os seus instrumentos de caça (BCGP, v XVIII, nº 71, 1963, p. 177).

⁴⁹ BCGP, v III, nº 12, 1948, p.1.139.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 614.

Nem todos os membros do Centro de Estudos colaboraram com trabalhos, porém a maioria escreveu ou redigiu monografias que foram publicadas no Boletim Cultural. Dos 467 artigos, temos diversos temas, tais como geografia física e humana, economia e administração, direito comum e particular das diversas etnias, demografia, filologia e linguística, botânica, agricultura e silvicultura, zoologia, parasitologia, medicina tropical, religiões, arte, matemática, engenharia civil (pavimentos e construções de moradias), antropologia e, principalmente, aqueles com abordagens históricas e etnográficas. Destacamos, entre eles, o trabalho de Amílcar Lopes Cabral⁵¹ (BCGP, v XI, nº 43, 1956, p.11-12), o qual nos oferece uma idéia sobre a agricultura “indígena”. Segundo ele, “o tipo de exploração agrícola varia de povo para povo [...] a terra é um bem colectivo, sendo-o também os produtos das plantas espontâneas. A propriedade privada incide sobre os produtos obtidos pela agricultura praticada pelos elementos constitutivos da família”.

A partir dos trabalhos etnográficos selecionados através dos sumários, relacionamos a contribuição de Teixeira da Mota (1 artigo), António Carreira (18), Amadeu Nogueira (5), Augusto José Santos Lima (2), José Mendes Moreira (7), Octávio Gomes Barbosa (1), Fernando Rogado Quintino (14), Carlos Lehmann de Almeida (1), Francisco Artur Mendes (1), Artur Martins Meireles (2), James Pinto Bull (1), Eduíno Brito (10), António Cunha Taborda (2), Artur Augusto da Silva (7), Rui Álvaro Vieira (1), José Eduardo Silva Marques (1), Carlos Bento Correia (1), A. Gomes Pereira (1), Honório José Barbosa (1), Fernando Coutinho da Costa (1), Abílio Gomes (1) e José Júlio Gonçalves (1). Dentre eles destacamos, a título de exemplo, um breve trecho do *Breve Ensaio Etnográfico acerca dos Bijagós*, de autoria de José Mendes Moreira (BCGP, v I, nº 1, 1946, p.69-115), que, numa linguagem francamente eurocêntrica, carregada de estranhamentos, traz sinais dos modos de viver e estar no mundo daquela etnia:

(o Bijagó) é a personificação viva da preguiça e da indolência, resumindo-se a sua actividade ao exercício da pesca, apanha do coconote e à sementeira do arroz necessário ao seu sustento e ao pagamento dos impostos políticos devidos aos nossos direitos de soberania. Tudo quanto se tem tentado para criar necessidades ao Bijagó, insuflar-lhe o instinto do progresso, interessá-lo na melhoria do

⁵¹ Amílcar Cabral (1924-1973) nasceu em Bafatá, na Guiné. Era engenheiro agrônomo e colaborou com artigos para o *Boletim Cultural* na década de 1950, especialmente sobre as práticas agrícolas adotadas pelos povos locais. Foi um dos fundadores do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, e soube aproveitar o conhecimento da região, obtido através dos trabalhos decorrentes do recenseamento agrícola de 1953, para articular a luta armada que desencadeou nas lutas pela independência.

seu nível de vida, tudo absolutamente tem esbarrado de encontro à sua indiferença, à resistência passiva ao trabalho, à sua predileção pela vida livre em plena natureza, na espessura dos seus palmares. E quanta vez não tem ele defendido de armas na mão esse direito de viver livre, ocioso e despreocupado?!

O choque cultural evidenciado no pequeno trecho citado aponta as infrutíferas tentativas “civilizadoras”, as quais encontraram forte resistência por parte de grupos sócio-culturais que não compreendiam a idéia de “progresso”, do trabalho como forma de geração de excedentes ou a necessidade de acúmulo de riquezas. Defendiam sua maneira de estar no mundo de forma a causar reações de espanto no articulista que, por sua vez, não era capaz de admitir outras formas de viver senão pela busca do “desenvolvimento”.

Dos trabalhos voltados à literatura distinguimos dois tipos específicos: os contos recolhidos da tradição oral e os “contos de ficção”. Os primeiros pretendiam traduzir para a forma escrita o que fora apreendido no contato direto com as diversas etnias. Nessa linha merecem destaque os trabalhos de António Carreira junto aos Mandingas, João Eleutério Conduto e os contos Bijagós e A. Gomes Pereira e os contos Fula. Os “contos de ficção” surgiram, em grande medida, como resultado de prêmios de incentivo concedido pelo Centro Cultural. Fernando Rodrigues Barragão, Alexandre Barbosa e Francisco Valoura são destaques desse tipo de produção dessa literatura, as quais representam uma “série de leituras pessoais das manifestações da oratura [...] versões traduzidas em português (onde) se sente o arrastamento para o apuramento da expressão estética.” (Gomes, Cavacas, 1997, p. 14).

De qualquer maneira, “os contos de ficção” trazem registros significativos, como podemos depreender do trabalho de Egídio Álvaro. Sobre ele sabemos pouco, apenas que nasceu em 1937⁵² e teve um artigo publicado no Diário de Notícias de Lisboa em 1971, e na Revista Latitudes – *Cahiers Lusophones*.⁵³ Seus contos *No Escuro da Noite* e *O calor, o abandono e um olhar meigo* oferecem algumas pistas de onde nos fala o autor. No primeiro deles, a região de Gabú-Sara aparece no final do texto e é detalhada como sendo uma

Pequena vila do interior da Guiné, sem divertimentos, sem variações, eternamente entregue ao mesmo ciclo de compra e venda, de mancarra e panos, de fartura e fome, de batuques e trabalho. Limite entre o Sul

⁵² Cf. Negreiros, José de A. *Almada, o escritor e ilustrador*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional, 1993, p. 232.

⁵³ No Diário de Notícias de Lisboa escreveu *A alternativa órfica do modernismo português*, edição de 08/4/1971; na Revista Latitudes escreveu *Franck Lundangi, plasticien angolais*, nº 28 de dezembro de 2006. Cf.

<http://www.revues-plurielles.org/php/index.php?nav=revue&no=17&sr=2>. Acesso em 02 mai 2010.

luxuriante e a fronteira leste ameaçando as secas e o deserto, meio termo entre a floresta de dois andares e lamaçais constantes e as extensões áridas, a lama gretada, as árvores retorcidas e secas pelo Sol e pelas queimadas, pequena, laboriosa vila, sentinela vigilante num posto avançado, ignorando se para trás ainda se encontra alguém. (BCGP, v XIX, nº 73, 1964, p.64)

O cenário descrito reforça a idéia do interesse exclusivamente comercial por parte da metrópole, embora demonstre, por outro lado, seu avançado para o interior da Guiné, fato não muito comum nas ações coloniais portuguesas. Isto se deve, principalmente, à “parceria” mantida com as etnias locais - mandingas e fulas⁵⁴ - embora a presença de cipaio⁵⁵ leve a inferir que a estabilidade social era algo tênue e conquistada pela força. “Na Administração (da vila) os cipaio aguardam nem eles sabem o quê, sentados na escadaria. Fulas e mandingas esperam também, acorados [...] Cipaio, felizes nas suas atribuições, impedem a entrada à multidão” (BCGP, v XIX, nº 73, 1964, p.67).

Os contos de Egídio Álvaro nos falam de aproximações e afastamentos pouco conhecidos até hoje, e descrevem modos de viver que se confrontam num tempo e lugar definidos. Ao detalhar a apresentação de um mágico, num celeiro do vilarejo, em *O calor, o abando e um olhar meigo*, percebemos como se estabeleceram as relações de poder e o lugar ocupado tanto por colonos, militares, administradores e população local

Um mar de gente corre já para o celeiro. [...] Comerciantes avançam, proa branca rompendo entre as ondas negras. [...] Soldados sorridentes em pequenos grupos discutem [...] Com cadeiras e bancos, os fulas tomam lugar. O espetáculo é uma festa, e eles vestem os fatos de fazer vista. Comerciantes e militares ocupam os lugares. O comerciante é a aristocracia da terra, o militar, é, quase, o poder e, pelo menos a força. Benévola, sem dúvida [...] Chegam em pequenos intervalos, as autoridades maiores, os dois pólos em torno de quem giram as esferas do futuro. Administrador e Capitão. Ambos trazem séquito. Assim é preciso. Assim convém. Soldados e cipaio fazem continências [...] Há pequenas mas ferozes escaramuças pela conquista de lugares. (BCGP, v XXI, nº 83, 1966, p. 67-68)

⁵⁴ Cf. mapa simplificado das etnias da Guiné – 1950 - Pélissier, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841 -1936*. Lisboa: Estampa, 2001

⁵⁵ O cipaio (sipaio, sipai ou sipal) era uma espécie de polícia e tropa auxiliar, indígena, que obedecia às ordens de um seu superior europeu. É um termo que deriva do Persa, *sipahi*. Crê-se que foi uma categoria militar criada pelos ingleses na Índia, que podia ter um subchefe não europeu.

No conto *No escuro da noite* o autor traz a descrição de uma festa com suas danças e tambores, os quais introduzem lutas que se prolongam por toda a noite. Evidencia-se, neste trabalho, a importância que o tambor assume nos ritmos das vidas locais, tanto na forma de expressar através do corpo, quanto na comunicação que se estabelece entre as comunidades. “Os tocadores, sentindo a proximidade de uma *tabanca*⁵⁶, alegram o ritmo” (BCGP 74, p.143), e essa vibração arrasta os participantes da festa, a começar pelos lutadores seguidos pelas *bajudas*⁵⁷ com “seus vestidos vistosos, contrastando com seus corpos negros” que seguem cantando, concentradas no ritual que se prepara.



Ilustração 3: Vista aérea de uma pequena “tabanca” (c. 1960) (adaptação de foto do Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino, <http://actd.iict.pt/>)

O rápido panorama apresentado possibilita antever o valor do *Boletim Cultural* enquanto fonte de pesquisa para as mais variadas áreas. É um vasto “território” a ser percorrido por estudiosos que pretendam escrever aspectos de povos ainda não revelados. A contribuição do Centro de Estudos e de seus membros colaboradores, independentemente de objetivos subjacentes, não pode ser descartada, menosprezada, pelo simples fato de, pretensamente, representar o poder, a cultura hegemônica, ou qualquer nome que se pretenda dar. Acreditamos que o *Boletim Cultural* é um caminho viável para encontrar vestígios da experiência, do vivido, tanto de portugueses quanto de guineenses que, ao contrário do que se queira supor, foram capazes de construir suas histórias.

⁵⁶ Tabanca refere-se à cidade, vila ou aglomerado de pessoas, bem como à fruição de tradições comuns a grupos culturais

⁵⁷ Como são chamadas as moças solteiras.

BIBLIOGRAFIA

- Augel, Moema P. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- _____. Sol na lardi: perspectivas otimistas para a literatura guineense. **Via Atlântica**, São Paulo, n.3, 1999. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dicv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03-03.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2009.
- Barbosa, M. S. Eurocentrismo, História e História da África. **Sankofa**, São Paulo, n. 1, 2008. Disponível em <<http://revistasankofa.googlepages.com/eurocentrismo.pdf>>. Acesso em 24 mai.2009.
- Barry, Boubacar. Senegâmbia: o desafio da história regional. **Sephis**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. Disponível em <<http://www.sephis.org/pdf/barryportuguese.pdf>>. Acesso em 06 mai.2008.
- Burguière, André. A Antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Cardoso, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. **Soronda**. Bissau, n. 14, 1992. Disponível em <<http://www.inepbissau.org/Publica%C3%A7%C3%B5es/RevistaSoronda/tabid/61/Default.aspx>>. Acesso em 02 nov.2008.
- Carvalho, Clara. O saber e o olhar colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. **Soronda**. Bissau, n.8 - Nova Série, 2004. Disponível em <<http://www.inepbissau.org/publica%C3%A7%C3%B5es/revistasoronda/tabid/61/default.aspx>>. Acesso em 21 ago.2008.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine. **A descoberta da África**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- Costa e Silva, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- Falcão, Ana Mafalda A.e C. M. **Antropologia Colonial e a produção de Conhecimento sobre grupos étnicos da Guiné Portuguesa**: reflexão em torno da tese de Mário Humberto Ferreira Marques 'Comportamento dos Mandingas da Guiné'. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA, 3., 2006, Lisboa, **Actas...** Lisboa: APA, 2006. Disponível em: <http://www.apantropologia.net/publicacoes/actascongresso2006/index.asp>. Acesso em 10 dez. 2009.
- Geertz, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- Gomes, Flávio. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.
- Gomes, Aldónio; Cavacas, Fernanda. **A Literatura na Guiné-Bissau**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Hampaté Bâ, Amadou. A tradição viva. In: Ki-Zerbo, Joseph. (Coord.). **História Geral da África**. v.I. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.
- Heywood, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- Iliffe, John. **Os Africanos**: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999
- Ki-Zerbo, Joseph. **História Geral da África Negra**, v.II. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.
- Lopes, Carlos. **Kaabunké**: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- Lovejoy, Paul. **A escravidão africana; uma história e suas transformações**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.
- M'Bokolo, Elikia. **África Negra**: história e civilizações. Tomo I. São Paulo, Casa das Áfricas, 2009
- Magalhães, Justino P. Linhas de Investigação em História da Alfabetização em Portugal. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.2, mai/jun/jul/ago 1996, p 42-60.
- Marques, A. H. de O. **Breve história de Portugal**. 6 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2006.
- Matos, Patrícia Ferraz de. **As "côres" do império**: representações raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- Maxwell, Kenneth. **O Império derrotado**: revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- Mello, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal**, história e historiografia. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- Moniot, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- Munanga, Kabengele. **Origens Africanas do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Global, 2009.
- Oliva, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p.421-461, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- Pélissier, René. **História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841 -1936**. Lisboa: Estampa, 2001, v. I e II.
- Pratt, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.
- Ramos, Fábio Pestana. **Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- Sarlo, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo, EDUSP, 1997
- Serrano Carlos, Waldman, Maurício. **Memória D'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2008.
- Silva, A. E. D. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.
- Sweet, James. H. **Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- Thomaz, O. R. O bom povo português: usos e costumes d'aquém e d'além-mar. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, Abr. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Jul 2009.
- Thornton, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. São Paulo: Campus, 2003.
- Trajano Filho, Wilson. *Jitu Ten: a investigação científica na Guiné-Bissau*. **Série Antropologia**, Brasília, n.245, 1998. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie245empdf.pdf>>. Acesso em 14 set.2008.
- Williams, Raymond. **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007